

Comerciantes têm mais dívidas

Uma pesquisa feita com 1.500 empresários de todo o país, divulgada ontem pela Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings (Alshop), mostra que cresceu o endividamento do comércio. Dos empresários ouvidos, 53% estavam devendo impostos para a Receita Federal. Em 2001, esse índice era de 30% e, em 2002, de 35%.

O motivo, segundo os empresários, é a alta carga tributária que praticamente inviabiliza a abertura de um comércio legalizado. De acordo com estimativas do setor, a tributação, que correspondia a 27% do faturamento bruto em 1994, hoje já consome 40% do que as lojas arrecadam. A Receita confirma o aumento da inadimplência entre os empresários. As dívidas de pessoas jurídicas cresceram R\$ 2 bilhões em menos de um semestre. Passaram de R\$ 7 bilhões de dezembro de 2002 para

R\$ 9 bilhões em maio deste ano.

Outra consequência da pesada carga tributária é o aumento do comércio ilegal. Atualmente, de acordo com a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF), há 115 mil lojas legalizadas no DF e 100 mil ilegais. "Já há quase uma loja ilegal para uma que paga seus impostos. A concorrência é desleal", disse Ennius Muniz, presidente da CDL-DF.

Os comerciantes também reclamam da queda nas vendas. Em Brasília, na comparação com o ano passado, foi registrada baixa de 9,5% — excluindo os postos de combustíveis, que tiveram um faturamento maior. A queda ocorre por uma união de fatores: consumidores sem dinheiro preferem comprar os produtos mais baratos (sem os impostos) das lojas informais, além dos clientes que cortam os supérfluos.

Ontem, a Alshop inaugurou seu escritório de representação em Brasília. O objetivo é ficar mais perto do governo federal para defender as reivindicações do setor. Será enviada uma carta ao Congresso Nacional com as principais reclamações, como a proibição da abertura do comércio nos feriados e, obviamente, a alta carga tributária cobrada dos comerciantes.

A cada feriado com lojas fechadas, de acordo com a Alshop, o comércio deixa de faturar R\$ 325 milhões. Sindicatos de trabalhadores não concordam com a abertura do comércio nos feriados e não há acordo com os patrões. Em Brasília, a situação se repetia com o trabalho aos domingos, mas um acordo entre sindicato e comerciantes acertou o pagamento da hora trabalhada nesse dia da semana em 100% do valor da hora de um dia de semana.